



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. DESESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2024.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Wilson Filho, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à Sessão, além do Presidente, os seguintes membros titulares: os deputados Delegado Wallber Virgolino, Eduardo Carneiro e João Gonçalves e as deputadas Camila Toscano e Lucinha Lima. Em seguida, o presidente registrou a presença dos deputados Júnior Araújo e Sargento Neto e da deputada Cida Ramos. Logo após, "Sob a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos. Ato contínuo, concedeu-se a palavra à secretária para que fosse lido o ato de convocação da presente reunião, publicado oficialmente no dia 19 de abril de 2024, e lida a ata da 10ª Reunião Ordinária da CCJR, ocorrida no dia 16 de abril do corrente ano. Depois, o Presidente a colocou em discussão e votação, ocasião em que ela foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão



apreciaram e votaram os seguintes itens da pauta: item A – Matérias Prejudicadas em conformidade com o ART. 163, da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno): Na ocasião, para fins de registro em Ata, foram lidas as seguintes matérias: PLO nº. 1685/2024 - Do Deputado João Gonçalves - Dispõe sobre as sanções administrativas aplicadas pelo Estado às pessoas que forem flagradas em áreas e logradouros públicos, fazendo uso de drogas ilícitas, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei Ordinária nº 1631/2024. 1704/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a instituição da política pública de atenção à saúde mental dos profissionais da segurança pública no Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 12.971/2023. 1707/2024 - Da Deputada Jane Panta - Dispõe sobre a criação de área destinada exclusivamente às mulheres cuja gestação resultou em aborto ou em morte perinatal nos hospitais-maternidade da rede pública do Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 11.385/2012. 1708/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Institui a política estadual de monitoração de diabéticos mellitus tipo 1 nas escolas da rede pública de ensino, no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei Ordinária nº 992/2023. 1714/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a vedação de nomeação de pessoas condenadas por crimes sexuais contra crianças e adolescentes para cargos em comissão no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 12.712/2023. 1715/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Estabelece diretrizes para a promoção e fomento da política de incentivo a divulgação do turismo, arte, cultura e negócios dos municípios do Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 8.350/2007. 1717/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Institui e inclui o Dia em Defesa da Democracia no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 10.246/2014. 1718/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Garante ao Contribuinte no Estado da Paraíba a possibilidade de pagamento de Tributos, Impostos, Taxas, Multas e afins, o pagamento através do cartão de débito, crédito e PIX. Matéria Prejudicada pela Lei Estadual nº 11.849/2021. 1720/2024 - Do Deputado Caio Roberto - Cria a campanha estadual de conscientização sobre a segurança digital, para promover o uso



seguro e responsável da tecnologia. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei Ordinária nº 1.100/2023. 1769/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Dispõe sobre a substituição de sirenes e alarmes utilizados pelos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada por meios inclusivos no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei Ordinária nº 1.311/2023. Item A.1 Matérias Sujeitas a Despacho do Presidente da Ccjr. Do mesmo que no item anterior, na ocasião, para fins de registro em Ata, foi lida a seguinte matéria: PLO nº. 1768/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Concede à gestante com deficiência auditiva em atendimento nos hospitais e estabelecimentos de saúde privados o direito a um intérprete da língua brasileira de sinais – LIBRAS, para acompanhar a consulta de pré-natal e o trabalho de parto. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. item B - Matérias que Dispensam a Deliberação do Plenário. PLO nº.1695/2024 - DO Deputado Felipe Leitão - Declara de utilidade pública a Instituto Pessoaense Juventude em Ação. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 1705/2024 – Do Deputado Branco Mendes - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Aguiar-PB e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 1716/2024 - Da Deputada Cida Ramos - Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Comunitário Bom José – CBJ, no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado



pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO nº. 2002/2024 - Do Deputado João Gonçalves - Reconhece de Utilidade Pública a Comunidade Paraibana de Defesa da Cidadania – COPADECI. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item C – VETOS Nºs: 73/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 3.389/2021, por inconstitucionalidade, de autoria do Dep. Jeová Campos que "dispõe sobre a instituição do aproveitamento de energia solar e instalação de painéis fotovoltaicos em hospitais filantrópicos e públicos no estado da Paraíba, e dá outras providências." A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do Veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 93/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 575/2019 de autoria do Deputado Wallber Virgolino, que "Dispõe sobre o atendimento integral por parte de empresas prestadoras de serviços públicos e de utilidade pública, inclusive instituições financeiras, quando do cancelamento de produto e serviços em seus estabelecimentos". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que o deputado Del Wallber Virgolino usou da palavra para, justificando o posicionamento adotado, discordar do posicionamento adotado pela relatora. Não houve mais quem quisesse discutir e, em seguida, o Parecer foi colocado em votação. Parecer foi aprovado por maioria, com votos contrários do deputado Wallber Virgolino e da deputada Camila Toscano.



Veto nº. 94/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 641/2023 de autoria da Deputada Francisca Motta, que "Dispõe sobre a incumbência dos hotéis, pousadas, albergues e similares em disponibilizar a reserva de 5% dos leitos apropriados para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida no Estado da Paraíba, com vistas à Lei nº 13.146/15, e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 95/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei nº 648/2023 de autoria da Deputada Jane Panta, que "Institui o programa de valorização da escritora e do escritor paraibano e de incentivo à difusão de suas obras literárias". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela manutenção foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 107/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade e contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 19/2023 de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Veda a limitação de vagas para mulheres em concursos públicos no estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela rejeição do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que a deputada Cida Ramos usou da palavra para agradecer o posicionamento da relatora, defender a matéria e esclarecer pontos relevantes do projeto. Não houve mais quem quisesse discutir em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Veto nº. 109/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 927/2023 de autoria da Deputada Cida Ramos, que "Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB) do Estado da Paraíba, com o fim de assegurar a todos o



acesso ao livro, à leitura e à literatura". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item D - Projetos de Lei Ordinária N°s: PLO n°. 191/2023 – Do Deputado João Gonçalves - Dispõe sobre a concessão de auxílio- funeral às famílias dos indivíduos que são doadores de órgãos e tecidos. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com substitutivo. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que o deputado Del Wallber Virgolino usou da palavra para discordar do posicionamento adotado pela relatora e, justificando o voto, manifestou-se contrário ao Parecer. Não houve mais quem quisesse discutir e, em seguida, o Parecer foi colocado em votação; Parecer aprovado por maioria, com voto divergente do deputado Del Wallber Virgolino. PLO n°. 901/2023 – Do Deputado Wilson Filho - Institui a carteira de identificação do paciente oncológico no âmbito do estado da Paraíba, com o propósito de simplificar o acesso a direitos e benefícios legais para indivíduos diagnosticados com câncer, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO n. 1664/2024 – Do Deputado Wallber Virgolino - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba o Cavalito Nordestino Pé Duro. Retirado de pauta em virtude do pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves. PLO n.º 1668/2024 – Do Deputado Galego Souza - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que confeccionam carimbos exigirem documentos que comprovem a veracidade das informações do solicitante. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela



consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1669/2024 – Da Deputada Silvia Benjamin - Projeto de Lei que dispõe acerca do Programa de Capacitação Permanente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para os profissionais da rede estadual de ensino do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1670/2024 – Da Deputada Silvia Benjamin - Projeto de lei que institui a campanha permanente de conscientização sobre o perigo do excesso de peso nas mochilas escolares dos alunos da rede estadual de ensino no Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com a apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1672/2024 – Do Deputado Sargento Neto - Dispõe sobre a proibição de exigência comprobatória de vacinação contra a covid-19 como critério para matrículas na rede pública e privada de ensino, no âmbito do estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Wallber Virgolino; PLO n.º 1675/2024 – Do Deputado Jutay Meneses - Dispõe sobre a criação da semana Estadual de Conscientização sobre a doença celíaca no Estado da Paraíba e dá



outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria com emenda aditiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1677/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Dispõe sobre o programa de prevenção e combate à dengue e institui o método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito aedes aegypti, transmissor da dengue e de outras doenças no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO n.º 1682/2024 - Do Deputado João Gonçalves - Dispõe sobre o direito do consumidor à informação, na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado. Pedido de vistas concedido a pedido do deputado Eduardo Carneiro. PLO n.º 1683/2024 - Do Deputado João Gonçalves - Denomina de Dr. Antônio Martildes Leite a Cadeia Pública Estadual de Conceição/PB. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1684/2024 - Do Deputado João Gonçalves - Institui protocolo de atuação antirracista e combate à discriminação racial nas unidades de ensino no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi



colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1686/2024

- Do Deputado João Gonçalves - Institui o Programa “Doe aos Pets”, no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1687/2024

- Do Deputado João Gonçalves - Institui a “Semana Estadual das Entidades Assistenciais”, no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO n.º 1688/2024

- Do Deputado João Gonçalves - Dispõe sobre diretrizes de apoio e incentivo à Propriedade Intelectual. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1689/2024

- Do Deputado Adriano Galdino - Institui o Estatuto da Pessoa com Diabetes no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1690/2024

- Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a inclusão de polpa da fruta mangaba no cardápio da merenda escolar da rede pública de ensino do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves. PLO n.º 1691/2024

- Do Deputado Adriano Galdino - Veda o



cadastro de consumidores que proponham ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1692/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Institui o Protocolo de Segurança Aquática e Prevenção ao Afogamento em todo o Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO n.º 1693/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Dispõe sobre a emissão de carteira de vacinação em Braille para as pessoas com deficiência visual do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1694/2024 - Do Deputado Adriano Galdino - Institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1696/2024 - Da Deputada Dra. Jane Panta - Institui o Setembro Azul no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em



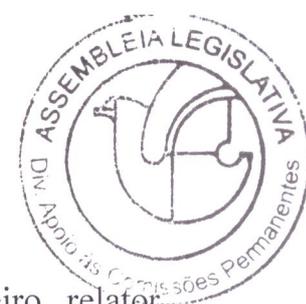
que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1697/2024 - Da Deputada Dra. Jane Panta - Institui a campanha de incentivo à emissão de carteira de identificação civil de crianças. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1698/2024 - Do Deputado Luciano Cartaxo - Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher na Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1699/2024 - Do Deputado Luciano Cartaxo - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras dos serviços de televisão, internet ou telefonia por assinatura, após o cancelamento do serviço, realizarem a remoção e o descarte do cabeamento inativado e dá outras providências do Estado da Paraíba. Retirado de pauta em virtude do pedido de vista concedido ao deputado João Gonçalves; PLO n.º 1706/2024 - Do Deputado Branco Mendes - Concede Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Victor Carvalho Veggio dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1709/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimento de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha



Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1713/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a verticalização dos produtos expostos nas prateleiras de estabelecimentos comerciais para garantir a acessibilidade dos consumidores, no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1719/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais afixarem placas informativas acerca da data de validade dos produtos em promoção que estiverem próximos do vencimento. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1732/2024 – Do Deputado Chico Mendes - Dispõe Sobre A Classificação Do Município De Cajazeiras Como Município De Interesse Turístico. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1752/2024 – Do Deputado Júnior Araújo - Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce e Tratamento do Retinoblastoma, no âmbito do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela



– Do Deputado Júnior Araújo - Reconhece como Patrimônio Imaterial Religioso Cultural do Estado da Paraíba a “Marcha para Jesus”, realizada anualmente no município de São José de Piranhas. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PLO n.º 2092/2024 – Da Deputada Cida Ramos - Acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Lei n.º 12.869, de 07 de novembro de 2023. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria com emenda modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 2020/2024 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado da Paraíba, o Projeto Velejar, no município de Cabedelo – PB. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 2016/2024 – Do Deputado Eduardo Carneiro - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao advogado Bruno Lopes de Araújo, e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer pela rejeição foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item E – Projetos de Resolução N.ºs: PRE n.º 208/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Concede a Medalha Eptácio Pessoa, ao Deputado Federal David Bezerra Soares Madruga, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da



Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Eduardo Carneiro, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela aprovação da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. PRE nº 209/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe Sobre a Concessão da Medalha Epitácio Pessoa aos Doutores Diego Beltrão de Azevedo Tenório Acioli, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto e Mauricio Wanderley de Freitas Ferreira. A Relatoria da matéria foi do Deputado Delegado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Constitucionalidade e Regimentalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim da apreciação das matérias. Não houve mais nada a ser deliberado e o Deputado Presidente encerrou a Sessão. Lavrou a presente ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 23 de abril de 2024.

Deputado Wilson Filho
Presidente